

A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES RACIAIS DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR

THE IMPORTANCE OF RACIAL RELATIONSHIPS WITHIN THE SCHOOL CONTEXT

Regina Kikue Fukui¹ Katia Gomes De Oliveira Silva²

Adélia Pereira Dos Santos Modesto³ Aline Cristina Moraes da Silva⁴

Ana Paula de Oliveira Santos⁵ Ivoneide das Graças Alves⁶

RESUMO: Tendo em vista que o aluno no cotidiano da instituição escolar pode apresentar a vivência de circunstâncias como preconceito, descrédito, evidenciando a sua difícil inclusão social, o objetivo deste trabalho foi abordar o problema da discriminação racial e do preconceito no contexto da escola de Ensino Fundamental EJA, verificar como a discriminação racial afeta o aluno em seu ambiente escolar, constatar se o racismo prejudica ou não a aprendizagem do aluno e posteriormente sua vida social e o papel do professor e da própria instituição diante de situações que envolvem o preconceito racial que vem cada vez mais invadindo diversos espaços, inclusive o espaço escolar. É necessário, portanto, entender que nem um grupo social é melhor ou pior do que o outro, nossa postura deve ser a de não hierarquizar as diferenças seja na sala de aula, no local de trabalho no convívio social e/ou outros. Devemos, então, pautar nossas atitudes no respeito às diferenças, pois tratar igualmente os diferentes pode constituir-se em fonte de mal entendidos e injustiças, quando não são compreendidas as suas diferentes histórias, suas diversidades culturais e sociais. Trás como problematizarão a seguinte questão: A discriminação racial afeta o desempenho escolar do aluno? Já que esse é um problema que envolve uma questão social que influencia a aprendizagem e a vida do aluno. A pesquisa tem como objetivo principal compreender os significados e sentidos atribuídos pelos professores aos processos de ensino/aprendizagem vivenciados na modalidade na EJA. Foi selecionado como campo de investigação a Escola Estadual CEJA 15 de Outubro do município de Barra do Bugres – MT, que oferece a modalidade de ensino referida. O trabalho será norteado tendo como sujeito os professores do 7º ao 8º ano da EJA, o objeto é investigar como eles percebem as relações raciais no cotidiano escolar.

Palavras Chave: Preconceito. Educação de Jovens e Adultos. Relações Raciais.

ABSTRACT: Bearing in mind that the student in the daily life of the school institution can present the experience of circumstances such as prejudice, discredit, evidencing his difficult social inclusion, the objective of this work was to address the problem of racial discrimination and prejudice in the context of the elementary school EJA, to verify how racial discrimination affects the student in his school environment, to verify if racism impairs the student's learning and later his social life and the role of the teacher and the institution itself in situations that involve the racial prejudice that comes increasingly invading several spaces, including the school space. It is necessary, therefore, to understand that neither one social group is better or worse than the other, our attitude must be that of not hierarchizing differences either in the classroom, in the workplace in social life and \ or others. We must, therefore, base our attitudes on respect for differences, since treating different people equally

¹ Secretaria Municipal de Barra do Bugres – MT. reginafukui@hotmail.com

² Secretaria Municipal de Barra do Bugres – MT. katia_goliveira@hotmail.com

³ Secretaria Municipal de Barra do Bugres – MT. adeliapds@hotmail.com

⁴ Secretaria Municipal de Barra do Bugres – MT. allinecristinamoraessilva@gmail.com

⁵ Secretaria Municipal de Barra do Bugres – MT. Anamarcio2018@gmail.com

⁶ Secretaria Municipal de Barra do Bugres – MT. anetivoneide@gmail.com

can be a source of misunderstandings and injustices, when their different histories, cultural and social diversities are not understood. As a question, the following question is raised: Does racial discrimination affect the student's academic performance? Since this is a problem that involves a social issue that influences the student's learning and life. The main objective of the research is to understand the meanings and senses attributed by teachers to the teaching \ learning processes experienced in the EJA modality. The CEJA 15 de Outubro State School in the municipality of Barra do Bugres - MT was selected as a research field, which offers the mentioned teaching modality. The work will be guided by the subject of teachers from the 7th to the 8th year of EJA, the object is to investigate how they perceive race relations in school routine.

Keywords: Prejudice. Youth and Adult Education. Race Relations.

1. INTRODUÇÃO

A discriminação racial, uma das principais manifestações de preconceito racial é qualificado pela convicção da existência de indivíduos com características físicas hereditárias, originados pelos traços de caráter e inteligência, manifestações culturais superiores a outros pertencentes.

O racismo e a discriminação racial operam na sociedade como um processo que acarreta inúmeras desvantagens para o grupo negro e para toda a sociedade brasileira, direta ou indiretamente. Entendo que o racismo se apresenta como um a ideologia que permite o domínio de um grupo sobre o outro, atribuindo grau de inferioridade, sendo essa atitude baseada nas relações de poder legitimadas pela cultura dominante.

Como enfrentamento dessas práticas preconceituosas foi feita, neste trabalho, uma proposta de intervenção em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), usando a leitura e a interdisciplinaridade para refletir sobre questões ligadas à etnia e a raça negra. A idéia era a de trabalhar com temas que estivessem diretamente inseridos no cotidiano dos estudantes a fim de tornar a leitura mais interessante, prazerosa, dando espaço para a análise e reflexão, possibilitando, assim, aos jovens e adultos pensarem, argumentarem, colocarem-se como protagonistas em situações diversas, assumindo a autoria de seus próprios atos.

Acredito que analisar o racismo no cotidiano tendo como exemplo o dia a dia de sala de aula ajudará a questionar visões políticas educacionais, e como se manifesta em práticas educativas, familiares e nas relações sociais na qual o racismo, desigualdades, e o preconceito estão contidos.

A discriminação racial afeta o desempenho escolar do aluno? Já que esse é um problema que envolve uma questão social que influencia a aprendizagem e a vida do aluno.

O estudo se justifica pela necessidade de se refletir sobre as situações que envolvendo a discriminação racial e o preconceito dentro do espaço escolar, identificando até

que ponto a escola está sendo coerente com a sua função social quando se propõe a ser um espaço que preserva a diversidade, responsável pela promoção da igualdade.

Tendo em vista que o aluno no cotidiano da instituição escolar pode apresentar a vivência de circunstâncias como preconceito, descrédito, evidenciando a sua difícil inclusão social, o objetivo deste trabalho foi abordar o problema da discriminação racial e do preconceito no contexto da escola de Ensino Fundamental EJA, verificar como a discriminação racial afeta o aluno em seu ambiente escolar, constatar se o racismo prejudica ou não a aprendizagem do aluno e posteriormente sua vida social e o papel do professor e da própria instituição diante de situações que envolvem o preconceito racial que vem cada vez mais invadindo diversos espaços, inclusive o espaço escolar.

É necessário, portanto, entender que nem um grupo social é melhor ou pior do que o outro, nossa postura deve ser a de não hierarquizar as diferenças seja na sala de aula, no local de trabalho no convívio social e\ou outros. Devemos, então, pautar nossas atitudes no respeito às diferenças, pois tratar igualmente os diferentes pode constituir-se em fonte de mal entendidos e injustiças, quando não são compreendidas as suas diferentes histórias, suas diversidades culturais e sociais.

2. EJA DIREITO A EDUCAÇÃO

A definição de direitos sociais da cidadania deu-se por um processo complexo, em íntima relação com as transformações globais na sociedade. A vida, a liberdade, a propriedade privada e a segurança jurídica foram os primeiros direitos reconhecidos, proclamados e protegidos.

A educação, por sua vez, apesar da sua grande importância, incorporou-se com grande atraso ao seleto grupo dos direitos humanos, por meio de um processo lento, ambíguo e contraditório.

Lançando um olhar mais atento em torno da EJA em nosso país, o percurso sócio-histórico da Educação de Jovens e Adultos é marcado por enfrentamentos, lutas e embates políticos e pedagógicos, os quais a partir da década de 1960, por meio de ações populares tiveram na educação popular principal expressão da reivindicação por uma educação de qualidade para todos, sobretudo para os grupos sociais marcados por processos de exclusão do sistema de ensino. Entretanto, desde a EJA, vista como medida compensatória, passando pelas lutas populares pela alfabetização de adultos até a conquista do direito á vivencia da vida

adulta como um importante ciclo de formação humana, há um longo caminho a ser percorrido.

A preocupação com o reconhecimento da educação dos jovens e adultos como um direito, e não como compensação ganha expressão e visibilidade por parte do Poder Público a partir da redemocratização do país, na década de 1980. O marco histórico dessa retomada da EJA na esfera política e nas políticas públicas educacionais é a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Nos anos mais recentes a configuração do campo da EJA traz consigo discussões tensas. A principal delas é que os processos de escolarização da EJA não deveriam se limitar à transmissão de conteúdos disciplinares escolares e, conseqüentemente, desprezar outras experiências educativas sendo que algumas delas herdeiras da educação popular.

É nesse sentido que Arroyo diz que;

[...] a EJA sempre aparece vinculada a um outro projeto de sociedade, um projeto de inclusão do povo como sujeito de direitos. Foi sempre um dos campos da educação mais politizados, o que foi possível por ser um campo aberto, não fechado e nem burocratizado, por ser um campo de possíveis intervenções de agentes diversos da sociedade, com propostas diversas de sociedade e do papel do povo.[...](ARROYO 2005, p. 31)

Assim, uma das principais críticas em torno do processo de escolarização da EJA consiste na constatação de que, se essa modalidade de ensino se torna escolarizada, suas práticas de ensino e de aprendizagem também se escolarizam.

3. TRAJETÓRIA DA EJA NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil tem a sua trajetória desde os anos 30 até os dias atuais, tendo início com os jesuítas no Brasil colônia quando começaram a catequizar os índios. Foram eles, os jesuítas que deram origem ao estudo sistematizado em Salvador na Bahia, todavia, não foi por muito tempo com a saída dos jesuítas das terras brasileiras.

É na década dos anos 60 que surge uma nova perspectiva à política educacional para jovens e adultos considerando as lutas, mobilizações e implantação de várias escolas, mesmo porque a Constituição de 1824 não fazia nenhuma referência à educação, embora garantindo direito e deveres civis aos cidadãos brasileiros. Haja vista somente uma pequena parcela elitizada teve direito à educação contribuindo para uma população brasileira analfabeta. Desde ai então, vê-se a preocupação de um grupo menor pela luta a educação de direito a

todos, já que a exclusão era presente entre os povos contribuindo para as divisões de classes sociais.

A partir da revolução de 30 que pensadores, políticos e movimentos sociais fortalecem suas ideias e propostas de políticas educacionais específicas à educação de adultos. Com o processo da industrialização no país cresce a necessidade de pessoal capacitados, que soubessem ao menos ler e escrever criando assim o Ensino Supletivo destinado aos jovens e adultos analfabetos. Com as mudanças e transformações políticas sociais foi instalado o (SEA) Serviço de Educação a Adultos (1947).

Outras campanhas de educação foram implantadas como: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, Campanha Nacional de Educação, Empreitada Nacional de tendências negativas e positivas tais esforços vivenciaram críticas, todavia, houve avanços, pois o índice de analfabetismo foi reduzido em pequena parcela, mesmo assim o adulto não escolarizado já era visto com olhar de preconceito perante a sociedade. O pensador Paulo Freire avança em uma nova proposta educacional pedagógica a ser desenvolvida ao ensino-aprendizado dos educando jovens e adultos, diz ele;

[...] a educação popular comprometida com os jovens e adultos em sua luta pela libertação e por melhores condições de vida e de trabalho, tem sua prática educativa fundado no diálogo de acordo com o educador [...] (FREIRE 1960).

Muitos como estudiosos da área, professores, estudantes e grupos de movimentos sociais lutaram para a mais nova visão metodológica didático-pedagógica dando um novo clarão a educação. O pensamento pedagógico de Paulo Freire, assim como sua proposta para alfabetização de adultos, inspirou os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60. A partir de novas diretrizes que os educadores do MEB (Movimento de Educação de Base), ligados à CNBB (conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dos CCP (Centro de Cultura Popular), organizados pela UNE (União Nacional dos Estudantes); dos Movimentos de Cultura Popular, que reuniram artistas e intelectuais com apoio de administrações municipais; da Campanha de Pé no Chão Também se aprende a Ler, em Natal na Paraíba, que, todavia foram interrompidos com o poder do governo militar.

Após o golpe militar de 64, surgem novas mudanças voltadas para as práticas educacionais dos considerados ideários da época como o programa (MOBRAL), Movimento

Brasileiro de Alfabetização e outros mais. A atuação do Mobral nos anos 70 não durou muito tempo, criticado e pressionado pelo regime militar por não mostrar números e qualidade na promoção humana, sendo extinto já nos anos 80. É possível destacar aqui a LDB 5692\71 que implanta o Supletivo e, regulamenta a educação básica obrigatória, e a qualificação profissional através do SESI E SENAI; com a nova Lei LDB 9394\96 é que se definiu a integração da EJA à Educação Básica. O certo é que até os dias atuais há preocupações em políticas públicas educacionais com o objetivo de promover e apoiar ações de alfabetização e educação de jovens e adultos.

4. RELAÇÕES RACIAIS NO CONTEXTO DA EJA: CONCEITOS E DISCUSSÕES

A EJA é uma modalidade de ensino amparada por lei, cuja finalidade oportuniza a formação escolar para aqueles que não tiveram acesso ou que não puderam concluir os níveis de ensino fundamental e médio da educação básica nas idades apropriadas.

Conforme afirma as orientações curriculares para a EJA no MT, essa modalidade deve ser pensada além da escolarização de ensino fundamental e médio, mas impõe pensar a dimensão da EJA como educação continuada, pelas exigências da sociedade contemporânea de aprender por toda a vida. O reconhecimento da diversidade desses sujeitos é, pois o ponto central para pensar essa política pública da EJA, em que consideram as condições para o aprendizado desses sujeitos e suas necessidades.

A questão étnico-racial e EJA na verdade nunca andaram separadas, percebe-se com o auxílio das pesquisas sobre a história e sujeitos da EJA que os afrodescendentes sempre tiveram presentes nessa modalidade da educação, justamente para fazer parte da população que por várias causas foi excluída do processo educacional. Os alunos da EJA lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.)

A interrupção dos estudos e suas razões de retorno á escola são marcadas por fortes estigmas sociais que atribuem ao desinteresse e o vai- e- vem na escola. Certo de que os estudantes, trabalhadores, desempregados quase sempre vivem um cotidiano de movimento de empregos temporários que lhes obrigam a mudanças constantes e tudo isso faz com que afastem da escola, pela incompatibilidade de horários e desigualdades raciais.

As estratégias de combate ao analfabetismo, ao racismo devem ter, portanto, lugar privilegiado na EJA, uma vez que o preconceito racial é entendido como um problema cultural.

5. RESULTADOS E ANÁLISES

O compromisso que a escola deve assumir para assegurar que sua prática privilegie a instauração de relações sociais nas quais as diferenças não se tornem sinônimo de desigualdade nos remete às análises que discorrem sobre o tema educação e relações raciais. A análise dos desdobramentos que práticas discriminatórias promovem no ambiente escolar constitui aspecto que este capítulo objetiva contemplar. Partindo da perspectiva de que as estruturas sociais funcionam como matrizes construtoras das relações estabelecidas entre os indivíduos, situamos como objetivo desta seção tecer uma análise das articulações entre as matrizes de construção do pensamento racial brasileiro e as relações sociais que se estabelecem no ambiente escolar de acordo com o recorte racial. Nesse sentido, procederemos a uma análise destas matrizes como elemento norteador das relações raciais, com base nas discussões que apresentam como eram interpretadas as relações raciais em nossa sociedade.

O resultado dessa pesquisa reflete a discussão da diversidade, os resultados aqui apresentados mostram que as tarefas dos educadores são várias, entre elas, é necessário: entender e refletir sobre os mecanismos de dominação – *cultural, econômica, social e política*; educar o “olhar” para as diferenças étnico-raciais e culturais; não discriminar nenhuma cultura, entender as diferenças e aprender a respeitá-las (*reconhecer e valorizar as suas contribuições*). É nesse sentido que Cavalleiro diz que;

Uma educação antirracista prevê necessariamente um cotidiano escolar que respeite, não apenas em discurso, mas também em práticas as diferenças raciais. É indispensável para a sua realização a criação de condições que possibilitem a convivência positiva entre todos. (CAVALLEIRO 2001, p. 157).

Investigar também a construção da identidade dos estudantes afro descendentes na Escola e a forma como o processo educativo vem trabalhando as relações étnico-raciais. Consideramos que os educadores precisam estar preparados para lidarem com as diferenças, mudando os paradigmas, ou seja, repensar suas práticas pedagógicas, valores, conteúdos, entre outros, a partir da realidade social, cultural e étnico-racial.

Questionamos alguns professores quanto trabalhar as relações raciais dentro do contexto escolar e obtivemos as seguintes respostas:

A lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino de história e cultura afro brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental ao médio, na modalidade EJA esta lei é obedecida?

“ Não há como negar a importância da Lei 10639/03 para a luta do movimento negro Brasileiro, apesar das dificuldades na sua implementação, sem sombra de dúvida, a Lei é uma conquista e, servirá na construção de novas relações sociais. Porém sabemos que somente uma Lei não irá mudar a realidade do país, mas o silêncio que reinou durante décadas dentro das escolas sobre a questão do negro, também não resultou em mudanças”(PROFESSOR C)

Neste contexto, faz-se necessário ressaltar a Lei Nº. 10.639/03, que se constitui em elemento essencial no processo de construção e reconstrução, conhecimento e valorização das diferentes perspectivas e compreensões da sociedade brasileira contemporânea, no sentido de desconstruir as representações preconceituosas e racistas que tem se configurado nos conteúdos didáticos e no espaço da escola.

Como é trabalhado a cultura afro nesta modalidade? Pesquisas? Imagens? Leis? Valores? Outros? Quais e como?

“ As ações propostas que podemos apresentar como instrumento de trabalho pedagógico tem que se alimentar em uma prática coletiva em nossos planejamentos. É uma avaliação processual contínua onde seu objetivo será a coletividade e a luta para reduzir a imensa disparidade no acesso as redes educacionais de qualidades entre negros e brancos na nossa sociedade”(PROFESSOR B).

“Nos educadores devemos contemplar as discussões de diversidades raciais na sociedade e discutir os problemas raciais em suas diferentes proporções, que essas atinjam os grupos sociais existentes na nossa escola, buscando combater o estereótipo e idéias preconcebidas que visam erradicar o preconceito e a discriminação. Pois só assim podemos valorizar a igualdade de tratamento nas relações possibilitando um vivencia positiva entre todos nós” (PROFESSOR G).

“Devemos lutar permanentemente para consolidar nossa rede de relações que visam a visibilidade social, acesso, percurso e sucesso em projetos individuais ou coletivos” (PROFESSOR H).

“Cabe à escola rever a história e assumir a tarefa da reparar e promover os direitos culturais e educacionais de um povo na sua diversidade e integridade moral.”(PROFESSOR E)

Uma atitude necessária ao professor em relação a qualquer instrumento que sirva como mediador, ou seja, subsídios para suas aulas é o questionamento sobre sua natureza. É importante que o professor tenha consciência da estrutura que o organiza. Ele deve estar atento ao conjunto de intenções que nos materiais estão embutidos. Por vezes, torna-se necessário problematizar junto aos alunos sobre essas intenções. Refletir sobre os conteúdos em um livro, por exemplo, vai além da reflexão das páginas escritas. As imagens, a seleção de

conteúdos dos textos, a ordem de prioridade e o espaço ocupado pelos temas dizem aquilo que importa estudar e saber, do conhecimento que gera valor.

Você percebe ou não as relações raciais no ambiente escolar e como são percebidos?

“ Quando os professores de uma escola estão bem informados sobre as questões raciais os mesmos contribuem para tornar a escola um espaço de respeito a diversidade e possibilitam aos seu alunos usufruir de elementos para elevar sua auto estima”(PROFESSOR J)

“ A escola precisa se organizar para demonstrar a todos a importância da pluralidade racial na sociedade, tornando-se um espaço de discussões sobre as desigualdade frente nossa sociedade ” (PROFESSOR A)

“ Nós educadores, sabemos que a escolaridade é passo fundamental para o obtenção de melhores condições de vida em nossa sociedade. E também que os alunos mais penalizados com a evasão e repetência, com uma trajetória escolar mais acidentada, são os alunos negros”(PROFESSOR I).

“ Eu acho que nós professores, podemos sim contribuir para desconstruir alguns preconceitos e, quem sabe ajudar a construir um outro projeto de nação que possa incluir todos seus filhos com iguais direitos, independência de cor ou raça ou de procedência étnica ” (PROFESSOR D).

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários.

Quais ações pedagógicas você desenvolve para combater o racismo no cotidiano escolar?

“ Nós educadores temos como desafio entender que nem um grupo ou pessoal é melhor ou pior que outra. A nossa postura é de não comparar essas diferenças, seja na sala de aula , no local onde trabalhamos, ou em nosso convívio diário ” (PROFESSOR A).

“a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade”(PROFESSOR G E B)

Sabemos que muitos professores não têm a oportunidade de fazer um curso de qualificação voltado para relação étnico-racial, por esse motivo os mesmos deixam a desejar

quando se trata da temática em questão, e muitas vezes, por falta de preparo ou por preconceitos introjectados, alguns professores não sabem se aproveitar das situações flagrantes de discriminação racial na escola. Há momentos pedagógicos privilegiados para discutir a diversidade e conscientizar alunos sobre sua importância e riqueza, onde o objetivo de todos é dar sua contribuição e ajudar nesse processo transformador tão necessário e urgente.

Você acha que a origem étnico racial dos alunos da EJA influencia na aprendizagem deles?

“ A escola que tem uma gestão sem preconceitos possibilitará por meio da construção coletiva a valorização e o reconhecimento da identidade afro brasileira ” (PROFESSOR C).

“ Muitas vezes quem tem a pele mais escura, o cabelo mais crespo ou outros traços fisionômicos são tratados como se fossem inferiores, inferiores na inteligência nos valores morais. Na sociedades humana são algum dos vários tipos de preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos diferentes.”
(PROFESSOR F)

Em relação à importância de um debate constante sobre a questão étnico-racial na EJA, notamos que grande parte dos professores, apesar de declararem que levam em consideração a realidade dos alunos na hora de planejar suas aulas, desconsidera, na maioria das vezes, a questão racial como assunto prioritário de suas discussões em sala de aula.

Parte dos professores (as) que reconhecem a importância do debate constante sobre a questão étnico-racial na EJA em que “através do debate o aluno se reconhece e descobre como interagir com o ‘outro’” (PROFESSOR C), “como forma de estimular a valorização da cultura e respeito às diferenças/ diversidade” (PROFESSOR B), porque muitos desconhecem a sua origem histórica, os valores, direitos e deveres (PROFESSOR F).

O professor reflexivo é aquele capaz de entender a realidade social, política e cultural dos alunos e se identificar com ela. Por isso, ele cria possibilidades para que as condições emergentes passem por transformações necessárias para uma relação mais igualitária entre os sujeitos. Inclusive, trabalhar no espaço escolar com a diversidade e cultura afro-brasileira e africana atentando para enfatizar as expressões e manifestações artísticas dos negros, situando-a no tempo, expondo o sentido e o significado dessas manifestações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se fundamental, por parte dos profissionais dos estabelecimentos de ensino de todo país uma mudança de postura, tanto no trato pedagógico, quanto na dimensão das relações humanas. Quando aplicadas em classe, as atividades didáticas voltadas para o tema favorecem a busca por um novo paradigma, focado no estabelecimento de formas mais críticas de lidar com a questão da diversidade. Isto sem deixar de lado o aspecto do respeito que o assunto preconiza, bem como a promoção de um ambiente reflexivo, na aceção de ampliar o repertório cultural do aluno a partir da experiência com o outro.

Foi possível, por meio da realização desta pesquisa, verificar o impacto da questão racial na Estadual CEJA 15 de Outubro do município de Barra do Bugres – MT, visto que o preconceito e a discriminação racial que atingem a população negra necessitam ser enfrentados, mas não de modo a naturalizar as diferenças e sim por meio de uma intervenção consciente e responsável, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e que buscam de uma forma ou de outra acabar com as idéias cristalizadas de que vivemos numa democracia racial. Percebemos que professores e professoras da escola tem um caminho a seguir, que é o de aprofundamento sobre o tema para superar ideias preconceituosas, admitindo que a identidade seja uma construção social, permeada por incertezas e conflitos.

Ao finalizar o trabalho estamos certos de que o tema encontra-se em aberto. Esperamos que as questões apontadas possam contribuir, de alguma forma, para os campos de estudos da EJA, Jovens e as Relações Raciais. Alguns destes vários caminhos serão aprofundados por nós em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. Caderno de textos: 1ª Conferência Municipal de Educação de Contagem –MG. p. 39-56. Contagem, MG. 2005

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei 9.394/1996.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS; **Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Ministério da Educação; 2001.

FREIRE, P. **A Importância do ato de ler**, 23 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

_____. **Educação e mudança**, 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1960.

_____. **Pedagogia da autonomia**, 35 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996

CAVALLEIRO, E. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor.**

In: CAVALLEIRO, E. (org.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo, 2001: